

Conglomerado
Prudencial HS
Financeira S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras
consolidadas para o semestre
findo em 30 de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.
Diretores
HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Dois Irmãos - RS

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e por regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen), descritas na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela Administração da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado Prudencial. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração e a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalvas.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Financeira para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Porto Alegre, 18 de julho de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wladimir Omiéchuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
Ativo				Passivo			
Disponibilidades		193	3.899	Depósitos		<u>8</u>	<u>-</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	78.428	68.338	Depósitos		8	-
Títulos e valores mobiliários	5	33.848	5.215	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	<u>30.705</u>	<u>19.007</u>
Operações de crédito	6	107.699	95.515	Recursos de aceites cambiais		30.705	19.007
Operações de crédito setor privado		119.349	108.363	Outras obrigações		<u>53.538</u>	<u>50.811</u>
Provisão p/ oper. Créd. liquid. duvidosa		(11.650)	(12.848)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		122	82
				Sociais e estatutárias		2.963	10.450
				Fiscais e previdenciárias		4.085	2.198
Outros créditos		<u>45.206</u>	<u>79.475</u>	Comissões a pagar		3.215	-
Adiantamentos diversos		2.257	1.363	Diversas	10	<u>43.153</u>	<u>38.081</u>
Devedores p/ depósito garantia		-	-	Total do passivo circulante		<u>84.251</u>	<u>69.818</u>
Impostos e contr. a compensar	7	344	1.002	Exigível a longo prazo		<u>72.420</u>	<u>61.066</u>
Títulos e créditos a receber	6	44.320	33.154	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	66.645	57.735
Provisão p/ outros créditos	6	(4.735)	(3.583)	Recursos de aceites cambiais		66.645	57.735
Devedores diversos		3.020	47.539	Outras obrigações			
Despesas antecipadas		<u>735</u>	<u>155</u>	Provisão para contingências	11	978	794
Despesas antecipadas		735	155	Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	2.962	2.537
Total do ativo circulante		<u>266.109</u>	<u>252.597</u>	Diversas	10	1.835	-
Realizável a longo prazo		<u>7.693</u>	<u>6.161</u>	Patrimônio líquido		<u>118.021</u>	<u>128.558</u>
Operações de crédito	6	3.103	2.323	Capital social	14	67.000	35.000
Operações de crédito setor privado		3.149	2.587	De domiciliados no País		67.000	35.000
Provisão p/ oper. cred. liquid. duvidosa		(46)	(264)	Reservas de lucros		<u>10.490</u>	<u>33.056</u>
Outros créditos	6	1.132	1.254	Reserva legal		3.218	3.009
Títulos e créditos a receber		1.139	1.279	Reservas estatutárias		7.272	30.047
Provisão para outros créditos		(7)	(25)	Participação de não controladores		<u>40.531</u>	<u>60.502</u>
Devedores diversos		105	-				
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	2.962	2.537				
Devedores p/ depósito garantia		391	47				
Permanente		<u>890</u>	<u>684</u>				
Investimentos		2	4				
Outros investimentos		2	4				
Imobilizado de uso		777	657				
Imobilizações de uso		1.363	1.128				
(Depreciações acumuladas)		(586)	(471)				
Intangível		111	23				
Intangível		191	39				
Amortização acumulada		(80)	(16)				
Total do ativo não circulante		<u>8.583</u>	<u>6.845</u>				
Total do ativo		<u>274.692</u>	<u>259.442</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>274.692</u>	<u>259.442</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		34.390	31.906
Operações de crédito	15	28.634	27.418
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez		4.322	4.322
Resultado de TVM		1.434	166
Despesas da intermediação financeira		(16.101)	(16.403)
Operações de captação no mercado		(5.940)	(5.394)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.161)	(11.009)
Resultado bruto da intermediação financeira		18.289	15.503
Outras receitas/despesas operacionais		3.804	(543)
Rendas de prestação de serviços	16	1.859	1.050
Rendas taxas administrativas de consórcios		44.665	33.817
Despesas de pessoal		(7.885)	(7.387)
Outras despesas administrativas	17	(10.008)	(9.944)
Despesas tributárias		(6.438)	(5.224)
Despesas deprec./amortização		(118)	(86)
Outras receitas/despesas operacionais	18	(18.271)	(12.769)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		22.093	14.960
Imposto de renda e contribuição social	19	(7.493)	(5.470)
Provisão para imposto de renda		(4.934)	(3.583)
Provisão para contribuição social		(2.559)	(1.887)
Lucro líquido do semestre/exercícios		14.600	9.490
Juros sobre capital próprio	12	(2.643)	(1.616)
Quantidade de quotas do capital	14	67.000	35.000
Lucro líquido por cota R\$		0,22	0,27

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	35.000	2.838	28.407	-	66.245	54.439	120.684
Lucro líquido do período	-	-	-	3.427	3.427	6.063	9.490
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(1.616)	(1.616)	-	(1.616)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	171	-	(171)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	1.640	(1.640)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016	35.000	3.009	30.047	-	68.056	60.502	128.558
Mutações do período	-	171	1.640	-	1.811	6.063	7.874
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.000	3.054	4.171	-	74.225	31.839	106.064
Lucro líquido do período	-	-	-	5.908	5.908	8.692	14.600
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.643)	(2.643)	-	(2.643)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	164	-	(164)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	3.101	(3.101)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	67.000	3.218	7.272	-	77.490	40.531	118.021
Mutações do período	-	164	3.101	-	3.265	8.692	11.957

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	14.600	9.490
Ajustes ao lucro líquido		
Juros sobre capital próprio	(2.643)	(1.617)
Depreciação e amortização	88	69
Despesas para crédito de liquidação duvidosa	(574)	(33)
Despesa de provisão para contingências	978	794
Lucro líquido ajustado	<u>12.449</u>	<u>8.703</u>
Variações nos ativos e passivos	(18.731)	3.358
Variação em operações de créditos	(4.825)	4.999
Variação em despesas antecipadas	(582)	1.432
Variação em outros créditos	(1.263)	(18.373)
Variação de aplicações interfinanceiras	(16.988)	-
Variação em depósitos	8	-
Variação em recursos e aceites cambiais	3.263	6.567
Variação em outras obrigações	7.893	14.398
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.237)	(5.665)
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>(6.282)</u>	<u>12.061</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de ativo permanente	(195)	(271)
Baixas de ativo permanente	32	22
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(163)</u>	<u>(249)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento de capital	-	-
Pagamento de dividendos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.445)</u>	<u>11.812</u>
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	84.586	65.641
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	<u>78.141</u>	<u>77.453</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>(6.445)</u>	<u>11.812</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira” ou “Instituição”), com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

A HS Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a exploração do ramo de prestação de serviços na formação, na organização e na administração de grupos de consórcios de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013, a qual dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ao Banco Central do Brasil (Bacen) e revoga a Resolução nº 4.195, de 1º de março de 2013. Foram consolidadas as empresas HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos e a HS Administradora de Consórcio Ltda.

Consequentemente, o nosso relatório sobre estas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, desta forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Financeira como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com a Administradora, somando os saldos de itens de mesma natureza e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas.

A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Bacen até o momento.

Em 14 de agosto de 2017, a Administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir desta data.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

b. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c. Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e valores individuais envolvidos e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrado posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificadas, observando que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível H. A reclassificação de uma categoria maior para uma categoria de menor risco deverá obedecer ao critério reverso gradativamente, de acordo com as amortizações das novas parcelas pactuadas.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

d. Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e. Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens.

f. Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

g. Provisão para o imposto de renda e a contribuição social

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem basicamente:

- De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável, com base no julgamento dos assessores jurídicos sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da Instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

h. Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

i. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez:

Instituição	Vencimento	2017	2016
<i>Operações Compromissadas/Posição Bancada</i>			
<i>Letra do Tesouro Nacional - LTN</i>	Até 30 dias	44.100	68.338
<i>Letra do Tesouro Nacional - LTN</i>	Até 1 ano	34.328	-
	Total	78.428	68.338

As aplicações interfinanceiras de liquidez são mantidas até o vencimento.

Em 31 de junho de 2017 e 2016, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Administradora

As aplicações estão assim demonstradas:

a. Títulos e valores mobiliários

			2017		2017	
	Sem vencimento	A vencer entre 3 e 12 meses	Valores de mercado/contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/contábil (i)	Marcação a mercado
Fundos de investimento	3.987	-	3.987	3.987	2.639	2.639
Letras de câmbio	-	27.035	27.035	27.035	-	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB pós-fixado)	-	2.826	2.826	2.826	2.576	2.576
Total	3.987	29.861	33.848	33.848	5.215	5.215

- (i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

As aplicações em cotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da cota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço.

6 Operações de crédito

A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco, tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

a. Composição das operações de crédito por modalidade

<i>Operações de crédito</i>	2017	2016
Financiamentos	78.566	65.033
Outros créditos com características de concessão de crédito	45.460	34.433
Empréstimos	38.255	40.557
Antecipação de recebíveis	5.676	5.360
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos	(4.742)	(3.608)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Créditos	(11.696)	(13.112)
Total	151.519	128.663

b. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	Concentração das operações de crédito			
	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	8.282	4,93	7.971	5,48
50 seguintes maiores devedores	2.752	1,64	3.131	2,15
100 seguintes maiores devedores	1.212	0,72	1.328	0,91
Demais devedores	155.711	92,71	132.953	91,46
Total	167.957	100	145.383	100

c. Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Financiamentos	Outros	2017	2016
<i>Carteira de crédito</i>						
Vencidos	8.824	110	6.756	5.769	21.459	21.442
A vencer						
Até 3 meses	15.760	4.104	40.425	20.310	80.599	71.354
De 3 a 12 meses	11.104	1.401	30.865	18.241	61.611	48.718
De 1 a 3 anos	2.219	61	520	1.139	3.939	3.636
Após 3 anos	349	-	-	-	349	233
Total da carteira	38.256	5.676	78.566	45.459	167.957	145.383
Circulante	35.688	5.615	78.046	44.320	163.669	141.518
Realizável a longo prazo	2.568	61	520	1.139	4.288	3.865

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecida na Resolução nº 2.682/99 do CMN, e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuída nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º da Resolução nº 2.682/99 do Bacen.

Níveis	2017			2016		
	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito
AA	-	-	-	-	-	-
A	2.854	121.940	624	2.809	102.593	527
B	4.280	8.203	125	2.030	6.890	89
C	3.206	4.773	239	4.415	4.381	264
D	62	3.267	333	31	3.188	322
E	38	2.872	873	-	2.441	732
F	-	2.846	1.423	17	2.413	1.215
G	9	2.642	1.856	40	1.973	1.410
H	117	10.848	10.965	1.432	10.730	12.161
Total	10.566	157.391	16.438	10.774	134.609	16.720

e. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo inicial	16.631	16.588
Baixas por perdas	(10.354)	(10.878)
Constituição/reversão	10.161	11.010
Saldo final	16.438	16.720

As operações renegociadas no exercício findo em 30 de junho de 2017 montam a R\$ 7.021 mil (R\$ 4.638 mil em 30 de junho de 2016). No exercício findo em 30 de junho de 2017, foram recuperados créditos no montante de R\$ 2.662 mil (R\$ 1.747 em 30 de junho de 2016).

7 Impostos e contribuições a compensar

Composição dos impostos e das contribuições a compensar:

Tributo	2017	2016
COFINS a compensar	245	245
CSLL a compensar	51	316
IRPJ a compensar	47	287
PIS a compensar	1	2
Outros	-	152
Total	344	1.002

8 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes do encerramento contábil dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Bacen, e as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de Obrigações por recursos de consorciados - Grupos encerrados.

9 Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 102% a 115% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2017	2016
A vencer até 3 meses	17.686	5.687
A vencer de 3 a 12 meses	9.612	13.320
A vencer de 1 a 3 anos	<u>70.052</u>	<u>57.735</u>
Total	<u>97.350</u>	<u>76.742</u>
Circulante	30.705	19.007
Exigível a longo prazo	66.645	57.735

10 Outras obrigações diversas

	2017	2016
Diversas		
Sociedades ligadas e coligadas (a)	31.409	20.356
Credores diversos - País (a)	9.524	13.295
Recursos não procurados (b)	2.021	-
Fornecedores diversos	925	839
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	900	3.591
Saldo remanescente de grupos a pagar (d)	<u>209</u>	<u>-</u>
Total	<u>44.988</u>	<u>38.081</u>
Circulante	43.153	38.081
Exigível a longo prazo	1.835	-

- (a) Referem-se a valores a repassar para lojistas, seguradoras, tomadores de empréstimos e financiamentos.
- (b) Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados cujos consorciados não foram localizados.
- (c) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar referem-se a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro, gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.
- (d) Refere-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Bacen, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

11 Contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para contingência para a data-base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável. Em 30 de junho de 2017, o valor das ações de probabilidade possível soma R\$ 2.520 (R\$ 215 em 30 de junho de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, as ações judiciais com perda provável atualizadas montam os valores de:

Natureza	Provável	
	2017	2016
Trabalhista (*)	682	223
Cível	296	571
Total	978	794

(*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para a qual, de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada desses processos, não mais figurando como requerida destes.

Movimentação da provisão para passivo contingente

	2017	2016
Saldo inicial	1.273	697
Constituição (reversão) de provisão	(295)	97
Saldo final	978	794

12 Juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 30 de junho de 2017, foram registrados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.643 mil (R\$ 1.616 em 2016), obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal.

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração do resultado da linha de outras despesas operacionais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na demonstração do patrimônio líquido, conforme determina a Circular nº 2.739/97 do Bacen.

13 Saldos e transações com partes relacionadas

A seguir, apresentamos um sumário das transações com partes relacionadas:

	Ativos/Passivos		Receitas/Despesas	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos a prazo	18.885	21.009	(1.121)	(1.146)
Herval Corretora de Seguros	303	4.514	(125)	(302)
Ligadas Pessoas Físicas	18.582	16.495	(996)	(844)
Devedores diversos	1.748	1.416	25.971	25.671
Global Distrib. Bens Consumo	1.748	1.416	25.971	25.671
Herval Indústria de Móveis	-	-	-	-
Credores diversos	31.291	20.555	(4.820)	(4.248)
Sole Distribuidora de Bens de Consumo	24	40	-	-
Herval Indústria de Móveis	20	-	-	-
Global Distrib. Bens Consumo	31.247	20.515	(4.820)	(4.248)
Sociais e estatutárias	2.611	10.389	(2.643)	(1.616)
Ligadas pessoas físicas	2.611	10.389	(2.643)	(1.616)

Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 195 (R\$ 212 no semestre findo em 30 de junho de 2016).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital da Financeira é de R\$ 67.000 (R\$ 35.000 em 30 de junho de 2016) composto por 67.0000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

15 Receita de operações de crédito

	2017	2016
Rendas de financiamentos	14.448	12.832
Rendas de empréstimos de cartão de crédito	6.352	7.369
Rendas de empréstimos	4.317	4.677
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	2.662	1.748
Rendas de títulos descontados	855	792
Total	28.634	27.418

16 Receita de prestação de serviços

Refere-se basicamente a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista, operações com cartão de crédito e tarifas de transferências financeiras, conforme composição abaixo:

	2017	2016
Receita de Comissão Intermediação Cartão HS Card	710	377
Receita de Comissão Tráfego Rede Externa	356	350
Rendas de outros serviços	317	-
Rendas de Serviços Prioritários - PF	178	-
Tarifa de Transferência Financeira	121	91
Receita de Comissão Intermediação Cartão Assistência	108	104
Receita de Comissão Seguros	69	128
	<hr/>	<hr/>
Total	1.859	1.050
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

17 Outras despesas administrativas

	2017	2016
Outras despesas administrativas	2.755	2.490
Despesa de processamento de dados	1.686	2.109
Despesa de cobrança	1.179	1.079
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.084	920
Despesa de propaganda	1.080	987
Despesa de serviços de terceiros	1.027	863
Despesa de comunicações	778	846
Despesa de serviços técnicos especializados	273	213
Despesas com aluguéis	257	204
Despesa de transportes	192	146
Despesa de publicação	30	20
Despesa de manutenção de conservação de bens	20	1
Despesa de material	18	35
Despesas de água, energia e gás	16	17
Despesa de viagem no país	7	12
Despesa de seguros	1	1
Despesa de contribuições filantrópicas	-	1
Despesas c/conting. civil	(395)	-
	<hr/>	<hr/>
Total	10.008	9.944
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

18 Outras receitas e despesas operacionais

	2017	2016
Outras rendas operacionais	-	2.812
Outras receitas operacionais	25	107
Outras despesas operacionais	(30)	(363)
Comissões pagas a terceiros	(18.266)	(15.325)
	<hr/>	<hr/>
Total	(18.271)	(12.769)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

19 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social:

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.450	13.344
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	549	1.287
Diferenças temporárias de provisões	(449)	194
(-) Exclusões por perdas fiscais	993	898
Adições permanentes	5	195
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	19.999	14.631
Imposto de renda	4.975	3.698
Contribuição social	2.558	1.887
(-) Deduções por incentivos fiscais	(40)	(115)
Outras adições	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	7.493	5.470

20 Limite operacional (Acordo Basiléia)

Em 30 de junho de 2017, o Conglomerado Prudencial encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basiléia em 34,06%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 9,875% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nºs 3444/07 e 3490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen, conforme Resolução nº 2.697/99.

21 Gerenciamento do risco

Os acionistas e os administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter o melhor da Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios.

Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta *performance* operacional do gerenciamento de riscos, a Financeira, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

- **I - Risco de crédito** - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a Instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, a Financeira constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e a condição de atraso da operação.

- **II - Risco de liquidez** - A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da Financeira estejam continuamente avaliados e estabelece parâmetros mínimos de caixa a ser observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. Até o momento, a Instituição vem utilizando captação dentro do próprio grupo econômico, mitigando ainda mais esse risco de liquidez, visto que o grupo possui recursos próprios para financiar as operações da Instituição.
- **III - Risco de mercado** - A Financeira emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e as correlações que venham a impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Nesta linha, a Instituição nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral.
- **IV - Risco operacional** - A Financeira adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e da revisão dos riscos e do monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio.

Dois Irmãos, 14 de agosto de 2017

* * *

José Agnelo Seger
Presidente
CPF: 138.285.250-91

Jerri Eduardo Luft
Contador - CRC/RS 79.444
CPF: 000.218.640-39